

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TENDÊNCIA AO ESGOTAMENTO DO MODELO DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA NORDESTINA BASEADO NAS ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA

*Marcos Antônio de Melo**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal o exame da tendência ao esgotamento do modelo de crescimento da agricultura nordestina, baseado nas atividades de subsistência. Procura, a partir de uma base teórica, calcada no recente desenvolvimento das relações de produção capitalistas no Nordeste, explicar a perspectiva da perda de dinamismo do processo de crescimento agrícola extensivo na região, cujo suporte tem sido a pequena unidade familiar de produção. Dessa forma, ao se substituírem as ditas relações de produção "pré-capitalistas", ainda vigentes, tipo pequeno arrendamento, parceria, morador, etc., pelo trabalho assalariado, o resultado tem sido o aumento do desemprego rural e a queda no ritmo de crescimento da produção básica de alimentos. Neste sentido, contesta-se a teoria segundo a qual o fraco desempenho, em anos recentes, do setor agrário regional é decorrente da completa ausência de modernização do setor. Na realidade, o cerne da questão se assenta cada vez mais na crescente impossibilidade de acesso à terra pelo pequeno agricultor do Nordeste. As conseqüências desse processo têm sido a expulsão do homem do campo e a sua subproletarização no espaço urbano. Dessa forma, contesta-se, também, a concepção pela qual se explica que o deslocamento de populações de áreas rurais para as cidades é devido às melhores oportunidades de emprego e à possibilidade de uma vida mais confortável nessas. Na verdade, o chamado êxodo rural é uma forma de mistificar a expulsão pura e simples do pequeno agricultor do campo. Procura-se, enfim, à luz da bibliografia existente e a partir de dados empíricos, mostrar que está tendendo para a inexistência a reprodução extensiva do crescimento histórico da agricultura nordestina.

I. INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta monografia foi a constatação empírica do expressivo crescimento demográfico, ocorrido no interior do pequeno estabelecimento agrícola com área inferior a 10 hectares, no Nordeste. Com efeito,

*Secretário de Planejamento de Sergipe, Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe e Presidente da Associação Profissional dos Economistas de Sergipe.

a relação área/população ocupada que era 1,08 em 1950, reduziu-se para 0,84 em 1975. Constatou-se, outrossim, que entre os anos de 1970 e 1975 esta redução foi aproximadamente igual à verificada entre os anos de 1950 e 1970. Mais ainda: nos pequenos estabelecimentos com menos de 5 hectares, nos quais em 1975 estava concentrada quase a metade da população ocupada em todo o setor rural da região, a citada relação, que se manteve constante nos anos de 1960 e 1970 (0,66), caiu para 0,60 em 1975. Por outro lado, constatou-se, também, que o tamanho médio da pequena unidade de produção agrícola, com menos de 10 hectares, que em 1950 era de 3,6 hectares, involuiu para 2,6 hectares em 1975.

Este aumento da pressão demográfica sobre a pequena unidade familiar de produção chamou a atenção pelo fato de essas unidades responderem pelo abastecimento alimentar das populações rurais e urbanas da região. Dessa forma, considerando o baixo nível tecnológico de produção prevalente nesses minifúndios e, com isso, a impossibilidade de a produção crescer intensivamente, chega-se à suposição de que o processo de crescimento extensivo (terra mais mão-de-obra) estaria chegando ao seu limite, isto é, tendendo ao esgotamento.

Constatou-se ainda que, à medida que a população ocupada crescia significativamente no interior do pequeno estabelecimento, relativamente decrescia no grande. De fato, em 1950 os estabelecimentos com tamanho inferior a 10 hectares abrigavam cerca de 35% da população ocupada no setor rural nordestino, ao passo que os grandes (mais de 100 hectares) concentravam 27%. Já em 1975 estes percentuais eram de 59% para o pequeno e 12% para o grande.

A suposição era de que a redução do emprego (em relações específicas de produção) de trabalho humano no grande estabelecimento, ao longo do tempo, estaria provocando a concentração populacional no pequeno, além do próprio crescimento vegetativo no seio deste. Esta hipótese, por sua vez, explicava o avanço da pecuária nas áreas semi-áridas e sertanejas do Nordeste. Assim, a formação de pastagens estaria acarretando o desemprego e a redução da produção agrícola de subsistência no interior do grande estabelecimento. Portanto, ao se intensificar o deslocamento da força de trabalho dos grandes, para os pequenos estabelecimentos agrícolas, o resultado seria o aumento da pressão demográfica sobre estes.

No Capítulo I, à luz de bibliografia especializada, pesquisou-se o processo de ocupação econômica do espaço regional do Nordeste. Para fins de método, a descrição deste processo se alicerçou numa abordagem histórico-estrutural.

O Capítulo II, foi dividido em três partes. Na primeira, procurou-se estatisticamente caracterizar o perfil da estrutura de propriedade da região. Na segunda, examinou-se o processo extensivo de crescimento da economia agrícola nordestina nos subperíodos 1940 a 1950, 1950 a 1960, 1960 a 1970 e 1970 a 1975. Na terceira, tentou-se mostrar as recentes mudanças nas relações de produção, tendo-se como escopo teórico o avanço do capitalismo, aqui entendido como o trabalho assalariado na agropecuária nordestina.

No Capítulo III, quantificaram-se algumas variáveis passíveis de constatar a tendência ao esgotamento do modelo de crescimento extensivo da produção agrícola, ainda prevalente no Nordeste, ao tempo em que se mostrou a impossibilidade de o modelo se reproduzir plenamente ao longo do deslocamento da fronteira agrícola.

O Capítulo IV é dedicado à pecuária e nele se correlaciona o avanço desta com a perspectiva de exaustão da agricultura de subsistência.

Finalmente, no Capítulo V são colocadas as conclusões mais fundamentais desta monografia.

Convém ressaltar, por último, que as análises empíricas contidas neste trabalho basearam-se preponderantemente em informações dos Censos Agropecuários realizados pela Fundação IBGE.

II. ESTRUTURA DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA NORDESTINA

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Já é bastante conhecido o importante papel que desempenham os pequenos estabelecimentos agrícolas no âmbito da agricultura nordestina. Eles, de fato, têm sido os principais responsáveis pelo abastecimento alimentar das populações rurais e urbanas da região, bem como pela concentração de grande contingente da força de trabalho rural. Historicamente, estas duas funções básicas se formaram como consequência do modelo de produção colonial, instalado pela metrópole portuguesa, que privilegiava a produção de açúcar, exatamente porque comercial e voltada para o abastecimento da Europa, cuja economia já começara a ensaiar os primeiros e decisivos passos no sentido da produção manufatureira e, por conseguinte, do capitalismo.

É sabido que, em vista do clima úmido e do solo propício ao plantio,

a cultura canavieira foi implantada ao longo de extensas faixas de terras próximas do litoral nordestino, concentrando-se, sobretudo, nos Estados da Bahia e Pernambuco, espalhando-se, posteriormente, para quase todos os Estados da região. Ao lado dessas condições de clima e solo, implantou-se um sistema de produção baseado no latifúndio e no trabalho escravo. Formou-se, então, no dizer de Manoel Correia de Andrade:

“uma sociedade hierarquizada, bem estratificada, em que o grande proprietário rural, o senhor de engenho, ocupava o ápice e o escravo negro constituía a base da pirâmide social”.¹

Por outro lado, reforça Graziano que:

“a sociedade colonial escravocrata, tendo como centro o engenho, era composta de duas classes fundamentais: a dos senhores de engenho, os proprietários, e a dos trabalhadores, composta de larga massa de escravos negros. As outras categorias nada mais eram do que apêndices de sustentação para o funcionamento da empresa mercantil açucareira: os assalariados do engenho, os mercadores que vendiam artigos aos engenhos, os clérigos que viviam na própria casa grande, enfim, uma série de indivíduos que detinham funções técnicas e culturais específicas, ou ainda prestavam serviços essenciais para a realização da atividade principal”.²

Restava ainda uma significativa fração da população livre, que não era nem senhor nem escravo e dedicava sua força de trabalho ao auto-sustento em pequenos sítios.

¹ ANDRADE, Manoel Correia – O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste, pág. 21.

² SILVA, J. F. Graziano – Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, pág. 18.

A cultura canavieira, e, por consequência, a indústria agroaçucareira, conheceu grande expansão até meados do século XVII. Após a saída dos holandeses do Nordeste, e com o deslocamento dos seus interesses açucareiros para o Caribe, a economia primário-exportadora nordestina sofre um brusco freio e mergulha em profunda crise, em face da concorrência do açúcar antilhano. A este respeito, afirma Antônio Castro:

“sendo os flamengos até então encarregados de comercializar a produção nordestina, pode-se imaginar as dificuldades imediatamente advindas para a região. A própria tecnologia da produção, já então do seu conhecimento, dificilmente poderia evoluir sem seu concurso técnico-financeiro”.³

Com a saída dos holandeses do Nordeste e com a prolongada crise da economia açucareira que se seguiu, ocorreu o que Celso Furtado denominou de “lento atrofiamento” da economia nordestina, no sentido de que a retratação da produção açucareira provocou um deslocamento de população para as atividades economicamente secundárias. É dizer: para atividades de subsistência. Esse deslocamento, de sua vez, deu-se, inicialmente, no âmbito do próprio latifúndio especializado em cana-de-açúcar, para, em seguida, em face do crescimento vegetativo da população, orientar-se para o interior, atraído pela fronteira móvel da pecuária bovina. Dessa forma, acrescenta Celso Furtado:

“quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência migratória para o interior”.⁴

Contudo, arremata este autor:

“como a rentabilidade da economia pecuária dependia, em grande medida, da rentabilidade da própria economia açucareira, ao

³ CASTRO, Antônio Barros – Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira, pág. 20.

⁴ FURTADO, Celso – Formação Econômica do Brasil, pág. 69.

transferir-se populações desta para aquela nas etapas de depressão, intensificava-se a conversão da pecuária em economia de subsistência”.⁵

Vê-se, por conseguinte, que esta economia de autoconsumo, alicerçada na expansão extensiva da pecuária bovina, se ampliou por todo o Nordeste em razão da disponibilidade de terras, dando ensejo ao crescimento demográfico, exatamente pela possibilidade de realização de uma agricultura de alimentos básicos, capaz de assegurar a reprodução da população. Sobre este aspecto acrescenta Celso Furtado:

“no Nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, nas regiões pecuárias, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se, assim, que a população do Nordeste haja continuado a crescer — e possivelmente intensificado o seu crescimento — em todo o século e meio de estagnação da produção açucareira”.⁶

Assim, conclui Celso Furtado acrescentando que:

“a expansão da economia nordestina, durante esse longo período, consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, dentro do qual se ia acumulando uma fração crescente da

⁵ Idem, idem, pág. 69.

⁶ FURTADO, Celso — Formação Econômica do Brasil, pág. 69.

população. Dessa forma, o sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir . . . A formação da população nordestina e a sua precária economia de subsistência — elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores — estão assim ligadas ao processo de decadência da grande empresa açucareira”.⁷

Por outro lado, convém lembrar que tanto a produção agroaçucaireira como o criatório bovino se realizavam na base de grandes extensões de terras, como decorrência do regime de sesmarias, implantado pela metrópole portuguesa para exploração da colônia. Certamente que poucos eram os proprietários legais da terra. Dessa forma, a subsistência de grande parte da população livre (não-escrava) era assegurada em pequenas faixas de terra, localizadas principalmente ao lado dos latifúndios.

Com o fim do regime de sesmarias (17.07.1820), segundo Graziano:

“não surge, de imediato, nenhuma legislação sobre a posse da terra. Em resultado, a ocupação das terras devolutas passa a se verificar com base nas posses que, posteriormente, se legitimavam. Nessas condições, aliadas à crise em que a economia exportadora está submersa, há uma expansão espontânea e rápida das pequenas unidades de produção”.⁸

Em suma, o setor de subsistência na economia nordestina surge historicamente como uma consequência do modelo de colonização lastreado na grande propriedade rural. Tem sua gênese no seio da grande propriedade agroaçucaireira, para em seguida, espalhar-se por todo o interior semi-árido,

⁷ FURTADO, Celso — Formação Econômica do Brasil, pág. 69.

⁸ SILVA, J.F. Graziano — Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, pág. 28.

sob a forma de pequenas unidades familiares, instalando-se ao redor dos grandes latifúndios dedicados à pecuária bovina. A respeito desse último aspecto, afirma Antônio Castro:

“no panorama agrário sertanejo e agreste, ao lado do latifúndio pecuarista, surgiria uma profusão de pequenas e médias propriedades dedicadas, em boa medida, à auto-sustentação, mas constituindo um embrião de agricultura de mercado interno”.⁹

No que tange às funções de concentrar mão-de-obra e de abastecimento alimentar, pode-se caracterizar a produção familiar de subsistência, realizada no âmbito da pequena propriedade, em dois momentos históricos: no crescimento e na decadência da atividade exportadora agroaçucareira.

Na fase de crescimento, o açúcar era a principal atividade econômica da colônia; sua produção situava-se próximo ao litoral e o latifúndio canavieiro era auto-suficiente em alimentos. Nesta fase, portanto, a produção de subsistência é reduzida, em virtude de ser realizada por pequena parcela da população não-escrava, que não estava diretamente ligada aos trabalhos do engenho, estando, por conseguinte, voltada para o autoconsumo e para o abastecimento alimentar dos poucos e pequenos núcleos. A este respeito indaga Graziano:

“se o próprio engenho, que era auto-suficiente na produção de gêneros para subsistência, nas épocas de ascensão do preço do açúcar diminuía a produção de alimentos, como se sustentariam os pequenos e insignificantes centros urbanos, que nem por serem pequenos deixavam de existir?”

E citando Caio Prado Jr. responde:

“a população urbana recorre para fora para atender a essa demanda — uma vez que as grandes explorações não dispunham de ex-

⁹ CASTRO, Antônio Barros — Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira, pág. 29.

cedentes, absorvidas que estavam nas suas lavouras principais — constituíram-se, às margens das economias de grandes explorações, umas pequenas e pobres culturas especializadas na produção de alimentos, e será este um setor subsidiário da economia colonial quantitativamente mínimo (. . .) Em geral, a sua mão-de-obra não é constituída de escravos”.¹⁰

Na fase de decadência da agroindústria açucareira após a expulsão dos holandeses, a atividade familiar de subsistência, como já se mencionou, proliferou pelo sertão e interior semi-árido, seguindo os passos da pecuária bovina, constituindo-se ao lado do grande latifúndio pecuário, um sistema econômico praticamente sem qualquer relação com o exterior. É lícito, portanto, admitir-se que, nessa fase, a economia nordestina é quase que um grande bolsão de auto-consumo, uma vez que a pecuária nessa época é uma atividade econômica itinerante, em face da disponibilidade de terras, não ensejando, dessa forma, a criação de núcleos urbanos. Por outro lado, por ser poupadora de trabalho humano, conclui-se que o grosso da população interiorana estava economicamente localizada em minifúndios, cuja capacidade de multiplicação é inesgotável, dada a ampla fronteira agrícola a ser desbravada. Essa possibilidade de multiplicação ensejaria, por conseguinte, a expansão demográfica e a formação de um amplo reservatório de mão-de-obra, que seria, posteriormente, utilizado no processo de acumulação capitalista no Brasil.

No que diz respeito à função de abastecimento urbano, através da produção familiar minifundista, esta só seria mais efetiva a partir do século XVIII, quando o algodão tornou-se uma atividade econômica importante na região, como consequência da revolução industrial na Europa e mais tarde com a guerra civil americana. Isto porque a cultura algodoeira que se instalou no Nordeste, por ser comercial, visava ao mercado externo e, em razão do seu beneficiamento, fixava populações, dando ensejo ao surgimento de vilas e cidades. A este respeito afirma Manoel Correia:

“a industrialização mais barata e menos urgente que a da cana colocou o beneficiamento do algodão na mão de comerciantes que, com suas bolandeiras a princí-

¹⁰ SILVA, J.F. Graziano ~ Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, pág. 22.

pio, e descaroçadores depois, se estabeleciam em cidades, vilas e povoações, passando a comprar matéria-prima ao agricultor para vendê-la, após o beneficiamento, aos exportadores. Daí ter contribuído, desde os primeiros tempos para o desenvolvimento da vida urbana, ao contrário do que ocorria com a cana-de-açúcar".¹¹

2. ESTRUTURA AGRÁRIA E CRESCIMENTO EXTENSIVO

A análise histórica precedente demonstrou que a ocupação do espaço regional do Nordeste brasileiro ocorreu de forma a concentrar a maior parte das terras em mãos de uns poucos proprietários rurais, determinando, por conseguinte, uma estrutura agrária cujos traços mais fundamentais prevalecem até os dias que correm.

Neste item serão examinados os contornos mais significativos dessa estrutura agrária, bem assim o processo de crescimento agrícola por ela ensejado. Este exame, por seu turno, terá como base os dois fatores (variáveis) de produção tradicionalmente mais expressivos no contexto da prática agrícola regional: terra e trabalho.

A questão da terra será visualizada do ponto de vista da sua distribuição em estabelecimentos agrícolas, considerando-se, para fins de mensuração, esta distribuição em pequenos estabelecimentos (menos de 10 hectares), médios (de 10 a menos de 100 ha) e grandes (mais de 100 ha). Outrossim, o crescimento extensivo, aqui entendido como a incorporação pura e simples de mais terras e trabalho humano ao processo produtivo, será focalizado com base nas informações dos censos agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975.

2.1. Distribuição e Área dos Estabelecimentos Agrícolas

Constatou-se historicamente que a política de viabilização econômica da colônia brasileira, adotada pela metrópole portuguesa, foi calcada na grande propriedade rural. Especificamente no Nordeste essa política voltou-se para a produção agroaçucareira no litoral e para a exploração da pecuária bovina no interior. Constatou-se, também, que a grande propriedade ensajou,

¹¹ ANDRADE, Manoel Correia – Terra e Homens no Nordeste, pág. 143.

em suas cercanias, o surgimento do pequeno estabelecimento agrícola de produção familiar, cujas características econômicas predominantes eram a prática de uma agricultura de alimentos para o autoconsumo e o fornecimento de força de trabalho para a grande propriedade.

Essa estrutura fundiária, ao longo do tempo, basicamente não se alterou. De fato, as informações disponíveis dos Censos Agropecuários, como se pode observar na Tabela 1, confirmam que os grandes estabelecimentos agrícolas no decorrer do período 1940/1975 detinham mais de 70% da área total que compunham o setor agropecuário regional e englobavam entre 11% (1960) e apenas 6% (1975) do número total dos estabelecimentos agrícolas.

Por sua vez, os pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha), que somavam 50% do total em 1940, cresceram para perto de 70% em 1975, sendo que a área por eles englobada, que era de 3,4% (1940), passou para apenas 5,5% (1975). Por outro lado, mostra também a Tabela 1 que, enquanto a quantidade de pequenos estabelecimentos cresceu em 345% no período 1940/1975, a área a eles correspondente se elevou em ritmo bem menor, ou seja, em 200%. Estes dados revelam que nesses 35 anos houve um vigoroso processo de minifundização no interior do setor agrário nordestino. Em verdade, o tamanho médio do pequeno estabelecimento que era de 3,9 ha em 1940, caiu para 2,6 em 1975, decrescendo em cerca de 34%.

Quanto ao médio estabelecimento (de 10 a 100ha) ocorreu no período 1940/1975 uma queda relativa em sua participação no total dos estabelecimentos agrícolas. Com efeito, estes, que somavam 39,1% em 1940, reduziram-se para 23,1% em 1975, ao passo que a sua posição relativa no total da área dos estabelecimentos, praticamente não se alterou.

Por fim, observa-se, nas estatísticas da Tabela 2, que a multiplicação do pequeno estabelecimento familiar se intensifica nos anos 50/70, ao passo que a expansão da grande propriedade se realiza na década 40/50. Este descompasso é explicável na medida em que historicamente o grande estabelecimento sempre se instalou primeiro. Nota-se, por conseguinte, que, na década dos anos 40, a área dos estabelecimentos com mais de 100ha cresce em média 45,7% e os com menos de 10ha apenas 14%. Na década dos 50, dá-se acelerada multiplicação dos pequenos estabelecimentos que experimentaram uma expansão de 93,3% na quantidade e 66,4% na área. Já os grandes cresceram em média 19,1% na quantidade e apenas 0,9% na área. Na década dos 60 a pequena unidade prosseguiu em processo de proliferação e a grande se expandiu mais que na década anterior, tendo apresentado taxas de incremento de

TABELA 1
NORDESTE
Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas, Segundo Grupos de Áreas
1940/1975

Grupos de Área	1940				1950				1960				1970				1975			
	No. de Estabelecimentos	%	Área (Em ha)	%	No. de Estabelecimentos	%	Área (Em ha)	%	No. de Estabelecimentos	%	Área (Em ha)	%	No. de Estabelecimentos	%	Área (Em ha)	%	No. de Estabelecimentos	%	Área (Em ha)	%
Pequenos estabelecimentos (menos de 10ha)	369.141	50,0	1.441.491	3,4	449.680	53,2	1.643.928	2,8	869.332	61,7	2.735.420	4,3	1.499.625	68,0	4.069.486	5,5	1.641.931	69,8	4.311.476	5,5
Médios estabelecimentos (de 10 a menos de 100 ha)	288.212	39,1	9.442.621	22,0	299.837	35,5	10.031.215	17,2	421.495	29,9	13.752.199	21,6	560.903	25,4	17.880.590	24,1	567.033	24,1	18.185.588	23,1
Grandes estabelecimentos (de 100ha e mais)	78.398	10,6	32.003.586	74,6	94.922	11,2	46.666.316	80,0	113.083	8,0	47.083.533	74,1	134.785	6,1	52.348.637	70,4	140.166	6,0	56.193.425	71,4
NOR-DESTE	737.604	100,0	42.887.698	100,0	844.539	100,0	58.341.459	100,0	1.409.740	100,0	63.571.152	100,0	2.206.788	100,0	74.298.713	100,0	2.351.416	100,0	78.690.489	100,0
	(1)				(2)				(3)				(4)				(5)			

Fonte dos dados básicos: Censos agropecuários do Brasil — I: 1950, 1960, 1970 e 1975.

(1) — inclusive 1.853 estabelecimentos s/declaração de área; (2) — inclusive 71 estabelecimentos s/declaração de área; (3) — inclusive 5.830 estabelecimentos s/declaração de área; (4) — inclusive 11.475 estabelecimentos s/declaração de área; (5) — inclusive 2.286 estabelecimentos s/declaração de área.

19,2% para a quantidade e de 11,2% para a área. Nos anos 1970/1975 houve uma significativa redução no crescimento do número e áreas dos estabelecimentos, com exceção apenas do grande, cuja quantidade se expandiu mais que na década anterior.

TABELA 2
NORDESTE
Acréscimo Percentual do Número de Estabelecimentos e
Respectivas Áreas por Grupos de Áreas
1940/1975

Grupos de Áreas	Acréscimo Percentual (%)							
	1940 a 1950		1950 a 1960		1960 a 1970		1970 a 1975	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Pequenos estabelecimentos: (menos de 10ha)	21,8	14,0	93,3	66,4	72,5	48,8	9,4	5,9
Médios estabelecimentos: (de 10 a 100ha)	4,0	6,2	40,6	37,1	33,1	30,0	1,0	1,7
Grandes estabelecimentos: (mais de 100ha)	21,0	45,7	19,1	0,9	19,2	11,2	4,0	7,3
NORDESTE	14,5	36,0	67,0	9,0	56,5	16,9	6,6	5,9

Fonte dos Dados Básicos: IBGE – Censos Agropecuários do Brasil de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Este descompasso, verificado na expansão entre o número e a área dos pequenos estabelecimentos agrícolas, revela-se de extrema importância, tendo em vista que no interior destes se concentra cada vez mais a população rural nordestina, como se verá a seguir.

2.2. Distribuição da Força de Trabalho Rural

Entre 1950 e 1975 a força de trabalho do setor rural nordestino mais que duplicou. De fato, como mostra a Tabela 3, em 1975 o Censo Agropecuário constatou pouco mais de 8,7 milhões de pessoas contra 4,3 milhões em 1950. Vê-se, também, que o pequeno estabelecimento abrigava 34,9% da população ocupada em 1950, passando para 58,5% em 1975. Constata-se, por conseguinte, que o crescimento do fator trabalho na agricultura do Nordeste vem ocorrendo preponderantemente no interior da pequena unidade familiar de produção. Assim, enquanto no grande e médio estabelecimentos a expansão da força de trabalho foi de, respectivamente, 6,7 e 53,2%, no pequeno, este crescimento atingiu os 237,4%. Note-se que, no grande, houve uma involução na alocação de mão-de-obra.

Esta concentração de mão-de-obra, a nível do pequeno estabelecimento, sugere elevações da pressão demográfica em seu interior, cujas conseqüências serão consideradas no Capítulo III.

TABELA 3

NORDESTE

Pessoal Ocupado no Setor Agrícola

1950/1975

Grupos de Áreas	1950		1960		1970		1975	
	No. de Pessoas	%	No. de Pessoas	%	No. de Pessoas	%	No. de Pessoas	%
Pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha)	1.514.217	34,9	3.017.936	45,3	4.272.987	56,6	5.108.714	58,5
Médios estabelecimentos (de 10 a 100 ha)	1.622.386	38,4	2.357.775	35,4	2.296.567	30,4	2.546.358	29,2
Grandes estabelecimentos (mais de 100 ha)	1.157.938	26,7	1.281.933	19,3	976.546	13,0	1.080.159	12,3
NORDESTE	4.334.541	100,0	6.657.644	100,0	7.546.100	100,0	8.735.231	100,0

Fonte dos Dados Básicos: IBGE – Censos Agropecuários do Brasil de 1950, 1960, 1970 e 1975.

2.3. Crescimento Extensivo no Período 1940/1975

2.3.1. Ampliação da Fronteira Agrícola nos Anos 40

Na década dos anos 40, houve uma considerável ampliação da fronteira agrícola no Nordeste. Com efeito, como apresenta a Tabela 4, foram incorporados à agropecuária regional cerca de 15,4 milhões de hectares, correspondendo a 36% do total da área dos estabelecimentos agrícolas existentes no ano de 1940. Por outro lado, desses 15,4 milhões cerca de 14,7 milhões de hectares, ou seja, 95%, foram acrescidos aos grandes estabelecimentos, ao passo que aos médios e pequenos este acréscimo foi de 791 mil hectares, correspondendo, portanto, a 5,1% do acréscimo total verificado. Coube aos pequenos um crescimento de apenas 1,3%.

TABELA 4
NORDESTE
Acréscimos de Área
1940/1950

Grupos de Áreas	Área (Em ha)			Variação Percentual (%)
	1940 (a)	1950 (b)	Diferença (b - a)	
Pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha)	1.441.491	1.643.928	202.437	14,0
Médios estabelecimentos (de 10 a 100 ha)	9.442.261	10.031.215	588.554	6,2
Grandes estabelecimentos (mais de 100 ha)	32.003.586	46.666.316	14.662.730	45,8
NORDESTE	42.887.698	58.341.459	15.453.767	36,0

Fonte dos Dados Básicos: IBGE – Censos Agropecuários do Brasil de 1940 a 1950.

Esta considerável expansão do grande estabelecimento agrícola nos anos 40 pode ser creditada ao expressivo surto algodoeiro ocorrido após a II Guerra Mundial em virtude da intensificação do comércio internacional. Assim, a participação do algodão no valor da produção de lavouras do Nordeste, que em 1960 foi de 11,9%, em 1950 representou 25,8%, segundo Patrick.¹² A causa deste declínio deve ser atribuída à concorrência do algodão paulista (herbáceo), a partir da segunda metade dos anos 50. Observar-se-á mais adiante que, em face dessa concorrência e de outros fatores tais como a ampliação do mercado de carne bovina e a concorrência dos sintéticos, o algodão cederá, paulatinamente, espaço para a intensificação da pecuária do Nordeste.

2.3.2. Crescimento Extensivo na Década de 1950/1960

Na década dos anos 50, tomou extraordinário impulso a proliferação do pequeno estabelecimento. De fato, como mostra a Tabela 5, dos 5,2 milhões de hectares incorporados à agropecuária nordestina 1,1 milhão (21%) foi acrescido a este estrato de área.

Vê-se ainda na Tabela 5, que a área total, correspondente aos médios estabelecimentos, evoluiu, nessa década, em 37,1%, ou seja, em cerca de 3,7 milhões de hectares. Já a área dos grandes estabelecimentos praticamente não se alterou, isto é, evoluiu em apenas 0,9%.

A proliferação do pequeno e médio estabelecimentos deve ser creditada à ampliação da rede rodoviária, iniciada na década anterior e intensificada nos anos seguintes. Segundo Sá Jr., “o ritmo intenso de abertura de novas estradas, apoiado por um mecanismo fiscal seguro,^a precipitou as condições sem as quais a multiplicação dos minifúndios e a instalação da agricultura familiar se fariam com grandes dificuldades. Cada estrada que é aberta cria condições de povoamento em suas margens e torna viável a comercialização dos eventuais excedentes das atividades de subsistência que ali possam instalar-se”.¹³ Esta aceleração no processo de minifundização promovido pela expansão rodoviária deriva, também, do surto algodoeiro iniciado na década anterior. Por sua vez, este surto não seria possível sem o concurso da mão-de-obra gerada no âmbito do pequeno estabelecimento agrícola. A combinação dessa força

¹² PATRICK, George F. — O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pág. 280.

^a Trata-se da vinculação da receita do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, do custeio e dos investimentos rodoviários.

¹³ SÁ, Francisco Jr. — O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência, pág. 93.

de trabalho com a ampliação da área, sob relações de produção bastante específicas, dará ensejo a um considerável crescimento extensivo da produção agrícola nordestina, que se estenderá até o final dos anos 60.

TABELA 5
NORDESTE
Acréscimos de Área
1950/1960

Grupos de Áreas	Área (Em ha)			Variação Percentual (%)
	1950 (a)	1960 (b)	Diferença (b - a)	
Pequenos estabele- cimentos (menos de 10 ha)	1.643.928	2.735.420	1.091.492	66,4
Médios estabeleci- mentos (de 10 a 100 ha)	10.031.215	13.752.199	3.720.984	37,1
Grandes estabele- cimentos (mais de 100 ha)	46.666.316	47.083.533	417.217	0,9
NORDESTE	58.341.459	63.571.152	5.229.693	8,9

Fonte dos Dados Básicos: IBGE — Censos Agropecuários do Brasil de 1950 a 1960.

No que diz respeito à ocupação de mão-de-obra, verifica-se, nos dados da Tabela 6, que, entre 1950 e 1960, houve uma elevação de 2,3 milhões de pessoas às atividades produtivas, correspondendo a um incremento de 53,6% na década. Constata-se também que, no interior do pequeno estabelecimento, a força de trabalho duplicou, passando de 1,5 milhões de pessoas para 3 milhões. Ponderável foi também a expansão da força de trabalho no médio estabelecimento, que acusou uma variação de 41,8%. Já no grande estabelecimento ficou nos modestos 10,7%.

TABELA 6
NORDESTE
Variação do Pessoal Ocupado no Setor Agrícola
1950/1960

Grupos de Áreas	Número de Pessoas			Variação Percentual (%)
	1970 (a)	1975 (b)	Diferença (b - a)	
Pequenos estabele- cimentos (menos de 10 ha)	1.514.217	3.017.936	1.503.719	99,3
Médios estabeleci- mentos (de 10 a 100 ha)	1.662.386	2.357.775	695.389	41,8
Grandes estabeleci- mentos (mais de 100 ha)	1.157.938	1.281.933	123.995	10,7
Nordeste	4.334.541	6.657.644	2.323.103	53,6

Fonte dos Dados Básicos: IBGE—Censos Agropecuários do Brasil, 1950 e 1960.

O crescimento da força de trabalho, associado à expansão da área agrícola, permitiu que a produção no Nordeste evoluísse satisfatoriamente nos anos 50. Essa evolução teve no setor de lavouras a sua principal contribuição, mais especificamente as culturas de subsistência, praticadas a nível da pequena unidade familiar e, ainda, nos médios e grandes estabelecimentos intercalados com o algodão arbóreo. Para que se tenha uma idéia, apenas as culturas de milho, feijão e mandioca responderam por mais de 30% do valor da produção do setor de lavouras em 1969, segundo Patrick.¹⁴ Esta representatividade das culturas de subsistência no contexto da agricultura nordestina é maior que as culturas de exportação, que são mais comerciais e, conseqüentemente, mais capitalizadas. Assim é que, neste mesmo ano de 1969, o valor da produção do açúcar e do cacau, principais produtos exportáveis da região, representou apenas 26% do setor.

¹⁴ PATRICK, George F. — O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pág. 53.

Observando-se, por outro lado, as informações da Tabela 7, constata-se a importância das áreas de lavouras no período 1950/1960, quando apresentaram um crescimento de 63,7%. Nota-se que, nas composições desse crescimento, que foi em torno dos 3,4 milhões de hectares, os pequenos e médios estabelecimentos participaram com 65%.

TABELA 7
NORDESTE
Áreas de Lavouras dos Estabelecimentos Agrícolas,
por Grupos de Áreas
1950/1960

Grupos de Áreas	Área (Em ha)			Variação Percentual (%)
	1950 (a)	1960 (b)	Diferença (b - a)	
Áreas de lavouras nos pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha)	872.547	1.775.814	903.267	103,5
Áreas de lavouras nos médios estabelecimentos (de 10 a 100 ha)	1.875.578	3.183.227	1.307.649	69,7
Áreas de lavouras nos grandes estabelecimentos (mais de 100 ha)	2.585.679	3.770.750	1.185.071	45,8
NORDESTE	5.333.804	8.729.791	3.395.987	63,7

Fonte dos Dados Básicos: IBGE – Censos Agropecuários do Brasil, de 1950 e 1960.

Pode ainda inferir-se na Tabela 7 que os pequenos e médios estabelecimentos elevaram sua participação relativa no conjunto das áreas de lavouras, passando de 51,5%, em 1950, para 56,8%, em 1960, ao passo que os grandes envolveram relativamente de 48,5%, em 1950, para 43,2%, em 1960.

Em suma, nos anos 1951/1959, devido à incorporação de mais terras e trabalho humano, a agricultura nordestina experimentou um crescimento

calculado por Patrick¹⁵ em 6,3% ao ano, mesmo considerando as estiagens de 1951 e 1958. Esta assertiva fica mais nítida, quando se observam as fontes deste crescimento. Com efeito, vê-se na Tabela 8 que, de acordo com os cálculos de Patrick, para 19 produtos, coube à expansão da área a principal e única fonte, pois tanto o rendimento como a composição do produto apresentaram participações negativas. Isto mostra a completa ausência de tecnologia e insumos modernos na agricultura do Nordeste nos anos 50.

TABELA 8
NORDESTE

Fontes do Crescimento de 19 Produtos Agrícolas
1948/1950 a 1959/1961

Fontes de Crescimento	Participação (%)
– Área	118,8
– Rendimento	– 10,9
– Composição do Produto	– 8,0
Total	100,0

Fonte dos Dados Básicos: Patrick — O desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pág. 93.

2.3.3. Crescimento Extensivo na Década 1960/1970

Nos anos 60, são mantidas as mesmas características estruturais de crescimento verificadas na década anterior. Couberam, portanto, aos incrementos dos fatores terra e trabalho humano as causas da expansão agrícola nos anos 70.

Quanto ao fator terra, mostra a Tabela 9 que, na década dos 60, a expansão da área foi em torno de 10,7 milhões de hectares, correspondendo a 17% de toda a área até então incorporada à agropecuária nordestina. A evolução da área correspondente aos pequenos e médios estabelecimentos foi de 5,4 milhões de hectares, ou seja, a metade do acréscimo total.

¹⁵ PATRICK, George F. — O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pág. 45.

TABELA 9
NORDESTE
Acréscimo de Área
1960/1970

Grupos de Áreas	Área (Em ha)			Variação Percentual (%)
	1960 (a)	1970 (b)	Diferença (b - a)	
Pequenos estabele- cimentos (menos de 10 ha)	2.735.420	4.069.486	1.334.066	48,8
Médios estabeleci- mentos (de 10 a 100 ha)	13.752.199	17.880.590	4.128.391	30,0
Grandes estabele- cimentos (mais de 100 ha)	47.083.533	52.348.637	5.265.104	11,2
NORDESTE	63.571.152	74.298.713	10.727.561	16,9

Fonte dos Dados Básicos: IBGE – Censos Agropecuários do Brasil, de 1960 e 1970.

Por seu turno, a força de trabalho saltou de 6,6 milhões de pessoas, em 1960, para 7,5 milhões, em 1970, ampliando-se, portanto, em 900 mil trabalhadores, como se pode verificar na Tabela 10. Ressalta-se que o crescimento da força de trabalho deu-se apenas a nível do pequeno estabelecimento, que foi de 1,25 milhão de trabalhadores, correspondente a 41,6% em relação a 1960. Visualiza-se ainda, na referida Tabela, que o emprego de mão-de-obra nos médios e grandes estabelecimentos sofreu um decréscimo de 366 mil pessoas relativamente a 1960.

A origem dessa retração do emprego, sobretudo no grande estabelecimento, deve ser atribuída, em parte, à grande estiagem ocorrida em 1970. Na realidade, a ocorrência de seca reduz significativamente o emprego nas áreas semi-áridas. O grande proprietário, no afã de salvar o gado, sua maior reserva

de valor, além da terra, solta o rebanho nos algodoais com o fito de alimentá-lo com essa cultura, que normalmente está consorciada, com culturas de subsistência. Esse desemprego no grande estabelecimento, em consequência da seca, provoca um refluxo de mão-de-obra para o âmbito do pequeno estabelecimento, uma vez que parte desses trabalhadores são também pequenos proprietários, que se valem do pequeno arrendamento de terra em propriedades maiores a fim de ampliarem a renda familiar. Todavia, independentemente da ocorrência de seca, o grande estabelecimento vem gradativamente ocupando cada vez menos trabalho humano. Esta questão será examinada mais adiante, ao se analisarem as recentes mudanças nas relações de produção.

TABELA 10

NORDESTE

Variação do Pessoal Ocupado

1960/1970

Grupos de Áreas	Número de Pessoas			Variação Percentual (%)
	1960 (a)	1970 (b)	Diferença (b - a)	
Pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha)	3.017.936	4.272.987	1.255.051	41,6
Médios estabelecimentos (de 10 a 100 ha)	2.357.775	2.296.567	- 61.208	- 2,6
Grandes estabelecimentos (mais de 100 ha)	1.281.933	976.546	- 305.387	- 23,8
Nordeste	6.657.644	7.546.100	888.456	13,3

Fonte dos Dados Básicos: IBGE—Censos Agropecuários do Brasil de 1960 e 1970.

Da mesma forma que ocorreu com a ocupação da força de trabalho, ocorreu também com as áreas de lavouras no ano de 1970. Mostra a Tabela 11 que apenas os pequenos estabelecimentos ampliaram substancialmente suas áreas de lavouras (cerca de 45,3% com relação a 1960) e em menor escala os médios (21%). Quanto aos grandes, este incremento foi apenas de 3,2%. Ao pequeno agricultor, mesmo quando há expectativa de estiagem, não lhe resta outra alternativa além de plantar. Com a persistência da escassez de chuvas e as sucessivas perdas de plantio, advêm as famosas decretações, pelos governos estaduais, das situações de emergência e, com elas, a formação das tão conhecidas frentes de trabalho.

TABELA 11
NORDESTE
Áreas de Lavouras dos Estabelecimentos Agrícolas, por
Grupos de Áreas
1960/1970

Grupos de Áreas	Área (Em ha)			Variação Percentual (%)
	1960 (a)	1970 (b)	Diferença (b - a)	
Áreas de lavouras nos pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha)	1.775.814	2.580.461	804.647	45,3
Áreas de lavouras nos médios estabelecimentos (de 10 a 100 ha)	3.183.227	3.850.668	667.441	21,0
Áreas de lavouras nos grandes estabelecimentos (mais de 100 ha)	3.770.750	3.891.742	120.992	3,2
NORDESTE	8.729.791	10.322.871	1.593.080	18,2

Fonte dos Dados Básicos: IBGE — Censos Agropecuários do Brasil, de 1960 e 1970.

Entretanto, também independentemente de secas, já se desenha uma nítida tendência no sentido da redução do plantio de culturas permanentes, mais especificamente o algodão, no âmbito do grande estabelecimento, situado no semi-árido nordestino. Este aspecto também será examinado posteriormente.

Por fim, na década dos anos 60 (1960 a 1969), o produto real da agricultura nordestina cresceu a uma taxa média anual de 4,8%.¹⁶ Tal crescimento teve ainda como suporte básico a incorporação de área ao processo produtivo, como se pode depreender dos cálculos efetuados por Patrick, constantes da Tabela 12.

TABELA 12

NORDESTE

Fontes do Crescimento de 19 Produtos

1959/1961 a 1967/1969

Fontes de Crescimento	Participação (%)
— Área	100,7
— Rendimento	15,6
— Composição do Produto	— 16,4
Total	100,0

Fonte: Patrick, George F. — O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, p. 93.

¹⁶ PATRICK, George F. — O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pág. 45.

2.3.4. Tendência do Crescimento na Década dos Anos 70 (1970/1975)

Nos anos 1970/1975, o crescimento extensivo da agricultura nordestina dá sinais de perda do dinamismo verificado nas décadas anteriores. Foram acrescidos cerca de 4,4 milhões de hectares, dos quais 241,5 mil (5,9%) aos pequenos estabelecimentos, de acordo com os dados da Tabela 13. Por outro lado, a incorporação desses 4,4 milhões de hectares (apenas 5,9% da área total de 1970) ocorreu de forma altamente concentrada na medida em que aos grandes estabelecimentos coube aproximadamente 3,8 milhões de hectares (86%) e aos médios apenas 305 mil (7%) de toda área acrescida no período em foco.

TABELA 13
NORDESTE
Acréscimo de Área
1970/1975

Grupos de Áreas	Área (Em ha)			Variação Percentual (%)
	1970 (a)	1975 (b)	Diferença (b - a)	
Pequenos estabele- cimentos (menos de 10 ha)	4.069.486	4.311.476	241.990	5,9
Médios estabeleci- mentos (de 10 a 100 ha)	17.880.590	18.185.588	304.998	1,7
Grandes estabele- cimentos (mais de 100 ha)	52.348.637	56.193.425	3.844.788	7,3
NORDESTE	74.298.713	78.690.489	4.391.776	5,9

Fonte dos Dados Básicos: IBGE – Censos Agropecuários do Brasil, de 1970 e 1975.

O Censo Agropecuário de 1975 acusou uma população ocupada no setor primário nordestino em torno de 8,7 milhões de pessoas, como se pode visualizar na Tabela 14. Vê-se, outrossim, que no quinquênio 1970/1975 a variação da força de trabalho foi aproximadamente de 1,2 milhão de trabalhadores. Deste acréscimo, 836 mil pessoas (70%) estavam localizadas nos pequenos estabelecimentos; 250 mil (21%) nos médios e apenas 104 mil (8,7%) nos grandes estabelecimentos.

TABELA 14
NORDESTE
Variação do Pessoal Ocupado
1970/1975

Grupos de Áreas	Número de Pessoas			Variação Percentual (%)
	1970 (a)	1975 (b)	Diferença (b - a)	
Pequenos estabele- cimentos (menos de 10 ha)	4.272.987	5.108.714	835.727	19,5
Médios estabeleci- mentos (de 10 a 100 ha)	2.296.576	2.546.358	249.791	10,8
Grandes estabeleci- mentos (mais de 100 ha)	976.546	1.080.159	103.613	10,6
Nordeste	7.546.100	8.735.231	1.189.131	15,8

Fonte dos Dados Básicos: IBGE—Censos Agropecuários do Brasil, 1970 e 1975.

Inferese no exame das informações das Tabelas 13 e 14 que, nos anos 1970/1975, houve um profundo aumento na pressão demográfica, a nível do pequeno estabelecimento, na medida em que, concomitantemente, a cada vez maiores ingressos de pessoas menos terra é incorporada à pequena unidade familiar de produção. Fica evidente que o aprofundamento dessa situação tende a cada vez mais reduzir o excedente comercializável, que é extraído do pequeno produtor, e, conseqüentemente, reduzir o crescimento da oferta de alimentos básicos a nível dos centros urbanos. Por outro lado, como se verá mais adiante, ao se substituírem áreas de lavouras por pastagens nos médios e, sobretudo, nos grandes estabelecimentos, o resultado tem sido o aumento do desemprego, agudizando-se mais ainda a pressão humana sobre o pequeno estabelecimento.

Enfim, na primeira metade dos anos 70, já se constatava uma visível tendência ao esgotamento do modelo de crescimento extensivo, que se vem verificando no Nordeste. De fato, de acordo com dados da SUDENE,¹⁷ o produto real da agropecuária nordestina cresceu a uma taxa média anual de apenas 1,8% no período 1969/1975. Deve-se ressaltar que, neste período, ocorreu a seca de 1970 e uma enchente em 1974. Entretanto a ocorrência desses fenômenos climáticos não invalida a tese que aqui se esboça, visto que, nas décadas anteriores, igualmente, ocorreram secas e enchentes na região. A diferença é que, no passado, a economia agrícola se recuperava mais rapidamente em função de uma maior mobilidade do fator mão-de-obra a nível da própria agricultura regional.

Antes, porém, de se examinar mais detidamente essa tendência, que se constitui no cerne desta monografia, serão analisadas a seguir as recentes mudanças nas relações de produção, que se constituem nas principais causas dessa exaustão do modelo de crescimento extensivo.

3. AS RECENTES MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

O traço fundamental, que caracteriza as relações de produção na agricultura nordestina, é a apropriação do trabalho pelo capital. E esta apropriação se dá de forma a manter a força de trabalho com o estritamente necessário à sua reprodução. A questão se localiza no grande reservatório de mão-de-obra, que é a agricultura nordestina, originado de uma estrutura agrária, que permite ao capital um processo de acumulação altamente concentrador, seja no âmbito do próprio setor agrícola ou a nível do setor urbano-industrial.

¹⁷ Banco do Nordeste do Brasil – Revista Econômica do Nordeste, pág. 246.

Na realidade, a massa camponesa, por se constituir numa oferta infinitamente elástica de mão-de-obra, fica sob arbítrio de setores mais capitalizados da economia, que lhe determinam taxas de exploração, que se traduzem em autoconsumo e emprego sazonal no campo e salário de subsistência nas cidades.

No campo, este esquema de apropriação do trabalho lastreia-se em relações de produções bastante específicas. Na empresa agroaçucareira após a abolição da escravatura, a utilização do trabalho pelo proprietário do engenho realizava-se através do “morador de condição”. A principal característica dessa relação de produção, segundo Carneiro, citando Manoel Correia de Andrade:

“era o semi-assalariado que por sua vez pressupunha a pequena exploração inserida na grande propriedade. O morador recebia o lote de terras do grande proprietário, onde cultivava lavouras de subsistência e se obrigava a trabalhar, parte dos seus dias de trabalho, na grande lavoura canavieira, recebendo em troca, salário reduzido”.¹⁸

Da mesma forma, mostra Antônio Castro que, na zona canavieira:

“os trabalhadores seriam contemplados com pequenos tratos de terra não ocupados pela cana. Sua convocação ficava sujeita às necessidades ditadas pelo calendário agrícola (período de corte, etc.), variando também em função das condições do mercado açucareiro. O trabalho efetivamente dedicado à cultura canavieira seria parcialmente gratuito (cambão) ou pago a preço extraordinariamente reduzido”.¹⁹

Atualmente a relação de produção acima descrita encontra-se praticamente em extinção. Isto devido à introdução do progresso técnico (meca-

¹⁸ CARNEIRO, Ricardo — Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste, pág. 6.

¹⁹ CASTRO, Antônio Barros — Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira, pág. 28.

nização, correção de solo e adubação) no cultivo de cana e também à política governamental de concentração da produção de açúcar em grandes usinas, aliada ao crescimento do mercado interno, que fizeram com que as terras, anteriormente utilizadas nas culturas de subsistência, fossem incorporadas ao plantio da cana. A introdução de tecnologia, portanto, liquida o sistema de rotação de culturas que tinha como objetivo o descanso da terra. Esse descanso dava ensejo aos pequenos sítios de subsistência. Dessa forma, as relações de produção prevalentes nas zonas canavieiras estão definidas atualmente em função da compra de trabalho, isto é, do trabalho sazonal assalariado. Segundo Carneiro, foi também a necessidade de subordinação completa do trabalhador ao processo de produção, através de sua proletarianização, um dos principais motivos para a transformação nas relações. Assim, afirma:

“ (...) é certo que as terras dos moradores constituíam algumas vezes obstáculos à expansão da cana e ao cultivo mais racional. Contudo, outra razão poderosa que levava à extinção dos sítios era uma necessidade maior de subordinação do trabalhador ao novo processo de trabalho que sofrera transformações substanciais. Tratava-se, antes de mais nada, de eliminar qualquer possibilidade do trabalhador obter seu sustento que não fosse através da renda da sua força de trabalho, transformando-o assim num assalariado”.²⁰

Esta transformação do morador em assalariado tem como efeito a formação de um novo excedente estrutural de mão-de-obra, pois em vista da sazonalidade do trabalho nas plantações de cana e da suspensão da atividade de subsistência, formar-se-ão grandes contingentes de “bóias frias”, baseados nas periferias das cidades e povoados da chamada zona da mata nordestina.

Uma outra relação de produção é o pequeno arrendamento, largamente utilizado nas áreas semi-áridas do Nordeste. Nesta, o proprietário da terra cedia ao rendeiro uma parcela de terra inexplorada, a fim de que este realizasse

²⁰ CARNEIRO, Ricardo – *Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste*, pág. 8.

o desmatamento e a preparasse para o ciclo produtivo. Após a preparação, o pequeno arrendatário plantava algodão consorciado com culturas de subsistência. Efetuada a colheita, metade do algodão colhido (meiação) era entregue ao proprietário a título de pagamento pelo uso da terra. Usualmente, a metade que cabia ao rendeiro era comercializada pelo dono da propriedade, que, dessa forma, se apropriava de uma substancial parcela do excedente, obtido pelo pequeno agricultor. Esta comercialização se realizava, também, com os excedentes provenientes das culturas de subsistência. O pequeno arrendamento foi intensamente utilizado nos anos 50 e 60 e se constitui numa forma de o fazendeiro viabilizar economicamente a fronteira interna da sua propriedade sem maiores inversões.

Segundo Carneiro:

“o pequeno arrendamento começa a sofrer restrições na medida em que a pecuária se consolida como atividade dominante. Assim, a partir dos anos 60, os grandes proprietários proíbem o plantio do algodão, que por ser uma cultura de ciclo mais longo, retardava a entrega da terra com a palha para a pastagem do rebanho. Numa segunda etapa, os grandes proprietários passam a exigir a devolução das terras plantadas com capim ou palma forrageira. A partir desse momento, torna-se impossível o uso alternativo da terra, que se converte definitivamente em pastagem, extinguindo-se o arrendamento sazonal”.²¹

De fato, visualizando-se os dados da Tabela 15, observa-se que entre 1950 e 1960 o número de arrendatários mais que triplicou. Já na década dos anos 60 essa expansão reduziu-se para 38,3%. Nos anos 1970/1975, o crescimento foi de apenas 2,8%. De outro ângulo, examinando-se o quociente entre os acréscimos da área incorporada em estabelecimentos com mais de 100ha e os acréscimos do número de arrendatários nos decênios 1950/1960, 1960/1970 e nos anos 1970/1975, vê-se que, nos anos 50, a relação bruta foi de 2,2ha; nos anos 60 esta relação elevou-se para 50,4ha e, nos anos 1970/

²¹ CARNEIRO, Ricardo – Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste, pág. 11.

1975, ampliou-se para 358,1 hectares por arrendatário. Com toda probabilidade, pode-se afirmar estar havendo um declínio na utilização dos arrendamentos em favor da expansão da pecuária que, cada vez mais, utiliza o trabalho assalariado.

TABELA 15

NORDESTE

Número de Arrendatários e Relação Entre Acréscimos de
Área de Acréscimos no Número de Arrendatários
1950/1975

Anos	Número de Arrendatários	Incremento Percentual (%)	Relações Entre os Acréscimos de Área e Acréscimos dos Números de Arrendatários
1950	84.333	—	—
1960	272.497	223,1	2,2
1970	376.902	38,3	50,4
1975	387.640	2,8	358,1

Fonte dos Dados Básicos: FIBGE — Censos Agrícolas de 1950, 1960, 1970 e 1975.

Esse declínio do pequeno arrendamento tem redundado em elevação do subemprego da força de trabalho no semi-árido. Sendo em sua grande maioria minifundistas, esses pequenos agricultores se valem do arrendamento para ampliar sua renda e fugir do desemprego, na medida em que a exigüidade de suas terras não permite um nível maior de expansão. Portanto, essa elevação do subemprego vem se traduzindo numa pressão demográfica a nível do pequeno estabelecimento, como se verá no capítulo seguinte.

Por outro lado, o avanço da pecuária tem proporcionado efeitos danosos sobre o nível de emprego. É muito conhecida a sua capacidade de utilizar pouca mão-de-obra. Um só vaqueiro, da mesma forma que cuida de 20 reses,

pode cuidar também de um rebanho de 200. Assim, concomitantemente à introdução do capim, reduzem-se as culturas permanentes que, anteriormente proporcionavam intensiva ocupação de trabalho humano.

Verifica-se, por exemplo, nas informações da Tabela 16, que a área das propriedades com mais de 100 hectares, dedicadas às culturas permanentes no Nordeste, cresceu em pouco mais de 1,5 milhões de hectares entre os Censos de 1950 e 1975, ao passo que as áreas de pastagens se ampliaram em cerca de 9 milhões de hectares. Observa-se também que, em 1950, 33,8% da área útil desses estabelecimentos eram pastagens. Já em 1975 este percentual alcançava 47,7%. Por outro lado, vê-se que na década dos anos 50 a área das culturas permanentes cresceu expressivamente, reduzindo o ímpeto nos anos 60 e começando a decrescer nos 70.

TABELA 16
NORDESTE
Áreas de Culturas Permanentes e Áreas de Pastagens nos
Estabelecimentos com Mais de 100 Hectares
1950/1975

Anos	Áreas de Culturas Permanentes (ha)	Participação no Total da Área Útil dos Estabelecimentos (%)	Áreas de Pastagens (ha)	Participação no Total da Área Útil dos Estabelecimentos (%)
1950	346.547	0,8	14.264.122	33,8
1960	1.169.226	2,7	16.747.980	35,2
1970	1.869.666	4,0	21.137.482	45,6
1975	1.863.493	3,8	23.257.460	47,7

Fonte dos Dados Básicos: FIBGE – Censos de 1950, 1960, 1970 e 1975.

Finalmente, a parceria é uma outra forma de organização social de produção, largamente usada no contexto da agricultura nordestina, sobretudo nas áreas sertanejas. Nesta relação, de acordo com Carneiro:

“o grande proprietário cede ao parceiro um lote de terra cujo tamanho varia de acordo com o número de pessoas da família desse agricultor. Ao parceiro cabe plantar o algodão, tendo o direito de intercalar com a cultura principal, as lavouras de subsistência. O parceiro tem formalmente direito a uma quota-parte não só das culturas de subsistência, mas também do algodão. Há variações muito grandes no estabelecimento da quota-parte do parceiro (meia, terça, quarta), que, em alguns casos, é desobrigada de pagar a quota-parte referente às culturas alimentares (. . .) O proprietário de terras financia o parceiro desde o início do processo produtivo, através de repasses dos créditos obtidos junto a bancos oficiais, e outrora, junto às grandes agroindústrias multinacionais que se instalaram na região. Quando repassa o dinheiro em espécie para o parceiro, cobra-lhe uma taxa de juros bastante mais alta do que aquela a que tomam emprestado. Outra forma de espoliação consiste no fornecimento de mercadorias a preços avultados. No final do processo produtivo, há o acerto de contas com o proprietário, que recebe o pagamento da dívida do parceiro em produto, além, obviamente, da sua quota-parte”.²²

Essa relação de produção vem declinando sensivelmente no Nordeste. O fato é que a pecuária vem também se impondo como exploração dominante no contexto das áreas sertanejas, talvez mais que nas semi-áridas; isto de-

²² CARNEIRO, Ricardo – Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste, págs. 16 e 22.

vido à maior proximidade dos grandes mercados de carne bovina, que são as capitais nordestinas, que, com exceção de Teresina-PI., se localizam no litoral. É importante frisar o exemplo da própria pecuária em cujo âmbito era também admitida a parceria. Nesta, segundo Sá:

“o vaqueiro que possuía outrora o direito à ‘quarta’ dos bezerros nascidos, hoje não passa de um assalariado”.²³

De outro lado, ressalte-se que a carne bovina tem a seu favor uma demanda em constante ascensão, preços estáveis e despesas de manutenção baixas. Já o algodão, apesar de não ter custos, pois ao parceiro cabe praticamente todos os encargos, a sua demanda é instável, pois seus preços dependem do comportamento do mercado internacional, além do que o algodão nordestino (arbóreo) não é de qualidade muito aceitável. Dessa forma, o algodão vem sendo expulso da grande propriedade e, em 1975, de acordo com Antônio V. Costa,²⁴ 70% da produção de algodão no Ceará (maior produtor nordestino), foi realizada em propriedades de menos de 20ha.

Para uma verificação estatística do declínio da parceria no Nordeste, basta vislumbrar a Tabela 17, na qual se observa que o número de parceiros se reduziu em 70%, entre os Censos de 1950 e 1975.

Os tipos de relações de produção descritos, como se pôde perceber, visam a um único objetivo: a melhor forma de exploração possível, pelos proprietários da terra, do extraordinário reservatório de mão-de-obra, que é o setor rural nordestino. Obviamente que, enquanto essas formas de organização social forem capazes de viabilizar a produção com baixíssimos investimentos e de forma compensadora, elas permanecerão até que surjam outras com maiores possibilidades de acumulação por parte do capital. A este processo Ruy Miller Paiva denominou de “mecanismo de autocontrole”, no sentido de que a introdução do progresso técnico na agricultura, nestes casos, ainda não é viável.

Francisco de Oliveira, por sua vez, enfatiza que:

“a solução do chamado ‘problema agrário’, nos anos de ‘passagem’ da economia de base agrário-exportadora para a urba-

²³ SÁ JR., Francisco – O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência, pág. 122.

²⁴ COSTA, Antônio V. – A Política de Crédito Rural e os Pequenos Agricultores, Brasil, 1960/1975, pág. 83.

no-industrial, é um ponto fundamental para a reprodução das condições de expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apóiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infra-estrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de acumulação primitiva".²⁵

TABELA 17

NORDESTE

Número de Parceiros

1950/1975

Anos	Número de Parceiros	Números Índices
1950	326.642	100,0
1960	229.850	70,4
1970	160.120	49,0
1975	100.093	30,6

Fonte dos Dados Básicos: FIBGE — Censos Agrícolas do Brasil de 1950, 1960, 1970 e 1975.

²⁵ OLIVEIRA, Francisco — A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, pág. 15.

Não é difícil, portanto, concluir que o elevado crescimento demográfico verificado nas últimas décadas, no Nordeste, foi fator preponderante para o processo de acumulação, ao qual Oliveira denominou de primitivo. Nas zonas rurais, já se mostrou, em notas anteriores, que este processo se desenvolveu através da sempre crescente incorporação terra/trabalho combinados por relações de produção, capazes de gerar altas taxas de exploração. Identificou-se, ainda, que dito processo acelerou-se nos anos 50/60, reduzindo o ímpeto nos 70.

Nas zonas urbanas, a acumulação se dá a partir da utilização dos elevados fluxos de mão-de-obra proveniente das zonas rurais, que é expulsa em razão das pressões demográficas sobre o pequeno estabelecimento agrícola, e cada vez mais é aumentada em função das recentes mudanças nas relações de produção, como já se observou em notas anteriores. Por exemplo, a população urbana do Nordeste, que representava 34% da população total da região em 1960, passou a representar 42% em 1970 e se elevou para 50% em 1980. Convém considerar, por outro lado, que a apropriação do trabalho desses excedentes de mão-de-obra, através dos setores públicos e privados, tem acontecido muito mais fora da região. A industrialização do Centro-Sul, a partir dos anos 30 e intensificada nos anos 50/60, o "boom" agrícola do Paraná e a construção de Brasília, foram programas econômicos que demandaram massivamente o trabalho de milhões de nordestinos. Mais recentemente, a partir do final dos anos 60, o programa habitacional vem se constituindo no maior absorvedor de mão-de-obra desses excedentes populacionais. Assim, quando se diz que o Nordeste é o grande abastecedor de mão-de-obra barata do Brasil ou São Paulo é a maior cidade do Nordeste, certamente que estas colocações refletem a realidade de miséria que é o Nordeste brasileiro.

Convém ainda lembrar que, em razão da elástica oferta de mão-de-obra que esses fluxos migratórios representam, a taxa de salários real se mantém a níveis baixos, proporcionando apenas a subsistência e, conseqüentemente, o mínimo necessário, em termos de bens materiais, para a reprodução da grande maioria dos trabalhadores nas grandes cidades brasileiras.

Quanto aos efeitos desses fluxos, principalmente sobre as capitais nordestinas, a característica predominante tem sido a formação de grandes legiões de desempregados/subempregados e o crescimento de amplos setores informais de trabalho. Segundo cálculos do Banco do Nordeste do Brasil,²⁶

²⁶ Banco do Nordeste do Brasil – Desenvolvimento do Nordeste: Diagnóstico e Sugestões de Políticas, pág. 211.

realizados com base na PNAD/FIBGE, em 1972, para uma força de trabalho urbana de 4,3 milhões de pessoas existia 1,3 milhão de desempregados/subempregados, ou seja, quase 30% do total. Dessa forma, a pobreza urbana se reproduz na pobreza rural e por esta é alimentada.

III. TENDÊNCIA AO ESGOTAMENTO DO MODELO DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA NORDESTINA, BASEADO NAS ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA

No capítulo anterior, constatou-se que o processo de crescimento extensivo da agricultura nordestina, verificado no período 1940/1970, a partir dos anos 70, parece já apresentar sintomas de exaustão. Observou-se, por outro lado, que a concentração da terra, a nível dos grandes estabelecimentos, combinada com as recentes mudanças nas relações de produção, no sentido de se utilizar cada vez mais o trabalho assalariado, apresentou-se como a principal causa determinante da tendência desse modelo de crescimento agrícola.

Objetivando-se, portanto, a verificação das conseqüências inerentes à perda de dinamismo desse crescimento extensivo, procurar-se-á, neste capítulo, examinar o comportamento de algumas variáveis importantes e capazes de focar o problema com maior nitidez. São elas: a pressão demográfica sobre o pequeno estabelecimento, a redução da produção interna de subsistência e o fechamento e limiar da fronteira agrícola.

1. A PRESSÃO DEMOGRÁFICA SOBRE O PEQUENO ESTABELECIMENTO

A primeira observação a se fazer é, certamente, a redução do tamanho médio do pequeno estabelecimento ao longo do tempo. De fato, mostra a Tabela 18 que, entre 1940 e 1975, a área média dos estabelecimentos em menos de 10ha caiu em pouco mais de 33%. Vê-se, outrossim, que o estabelecimento com a área inferior a 5ha se contraiu em 44% no mesmo período. Esta observação sobre este último estrato é importante, visto que a população nele ocupada, que representava 34% da força de trabalho total na agricultura nordestina em 1960, passou para 44,7% em 1970, tendo atingido 47% em 1975. Dessa forma, é evidente a alta concentração da força de trabalho a nível desse reduzido módulo de produção. Vê-se, também, a redução drástica do seu tamanho médio entre 1970 e 1975.

TABELA 18
NORDESTE
Área Média dos Pequenos Estabelecimentos
1940/1975

Anos	Área Média dos	Números	Área Média dos	Números
	Estabelecimentos com Menos de 10 Hectares		Estabelecimentos com Menos de 5 Hectares	
		Índices		Índices
1940	3,9	100,0	2,5	100,0
1950	3,6	92,3	2,4	96,0
1960	3,1	79,5	1,9	79,2
1970	2,7	69,2	1,8	72,0
1975	2,6	66,6	1,4	56,0

Fonte dos Dados Básicos: FIBGE – Censos Agropecuários do Brasil, de 1940, 1950, 1960 e 1975.

Estes dados mostram que a relação inversa entre a redução da área dos pequenos estabelecimentos e a ampliação da população rural, neles fixada, eleva a pressão sobre a terra que, aceleradamente, tende aos rendimentos decrescentes da produção. Também concorre para esta diminuição do tamanho do pequeno estabelecimento, além, evidentemente, da tendência à concentração na grande propriedade e de um já próximo esgotamento da fronteira agrícola, o mecanismo da herança pelo qual qual parcelas cada vez menores são passadas a herdeiros.

Mostra, por conseguinte, a Tabela 19, que a área por pessoa ocupada reduziu-se consideravelmente no pequeno estabelecimento com menos de 10ha. De fato, a proporção, que era de pouco mais de 1ha por pessoa em 1940, passou para 0,84 em 1975. Nota-se, também, que a queda maior dá-se

no quinquênio 1970/1975, quando esta relação caiu em quase 12%, exatamente 1% a menos que no período 1950/1970, isto é, em 20 anos.

TABELA 19
NORDESTE
Relação Área/População Ocupada nos Estabelecimentos
• com Menos de 10 ha
1950/1975

Anos	Área dos Estabelecimentos com Menos de 10 ha	População Ocupada nos Estabelecimentos com Menos de 10 ha	Área/População Ocupada nos Estabelecimentos com Menos de 10 ha	Números Índices
1950	1.643.928	1.514.217	1,08	100,0
1960	2.735.420	3.017.936	0,91	83,5
1970	4.069.486	4.272.987	0,95	87,1
1975	4.311.476	5.108.714	0,84	77,1

Fonte dos Dados Básicos: IBGE — Censos Agropecuários do Brasil, de 1950, 1960, 1970 e 1975.

Ao contrário do pequeno, no grande estabelecimento a tendência é que esta relação se eleve progressivamente. Isto confirma a hipótese de que a propensão é de involução no emprego de mão-de-obra neste estrato, como mostra a Tabela 20.

TABELA 20
NORDESTE
Relação Área/População Ocupada nos Estabelecimentos
com Mais de 100 ha
1950/1975

Anos	Área dos Esta- belecimentos com Mais de 100 ha	População Ocu- pada nos Esta- belecimentos com Mais de 100 ha	Área/População Ocupada nos Estabelecimen- tos com Mais de 100 ha	Números Índices
1950	46.666.316	1.157.938	40,30	100,0
1960	47.083.533	1.281.933	36,72	91,1
1970	52.348.637	976.546	53,60	133,0
1975	56.193.425	1.080.159	52,02	129,1

Fonte dos Dados Básicos: IBGE – Censos Agropecuários do Brasil, de 1950, 1960, 1970 e 1975.

2. REDUÇÃO DA PRODUÇÃO INTERNA DE SUBSISTÊNCIA

Mostrou-se, em notas anteriores, que as recentes mudanças nas relações de produção, além do seu lado negativo sobre o nível de emprego, vêm provocando também uma substancial queda no ritmo de crescimento da produção de alimentos básicos para o abastecimento interno no Nordeste. É fácil compreender que a transformação do rendeiro, do parceiro, do morador, etc., em trabalhador assalariado concorre para este fato, na medida em que já não lhes é mais permitido o acesso à terra de terceiros. Por outro lado, esta queda no crescimento não está sendo compensada por outras formas mais capitalizadas de produção. Ao empreendimento capitalista que se instala no Nordeste ainda não interessa produzir alimentos tipo feijão, milho, farinha de man-

dioca, fava, etc., pois, além do risco natural que este tipo de agricultura apresenta, já que é realizada nas zonas secas do sertão e do semi-árido, há também o problema da sua baixa elasticidade-renda da demanda. É possível que, no futuro, com a explosão demográfica urbana e o aumento sempre crescente da escassez de alimentos, seja viável, no Nordeste, a produção capitalista de subsistência. Nos dias que correm, a grande oportunidade econômica para a produção capitalista têm sido exclusivamente as culturas de exportação tipo cacau, cana, caju, etc. Quando não há viabilidade de produzir culturas de exportação, devido a clima e solo, a opção mais econômica para a grande propriedade tem sido a pecuária bovina de baixa produtividade e, portanto, com despesas de custeio e investimentos reduzidas.

Evidentemente que se o pequeno agricultor tivesse acesso à terra, certamente que a produção básica de alimentos tenderia a se elevar em ritmo acelerado sem que, para isso, fosse preciso a introdução de insumos modernos.

Apenas uma modificação de estrutura de propriedade facultaria esta elevação. Pesquisa realizada em 1976 pelo Banco Mundial juntamente com a SUDENE concluiu que, se todos os trabalhadores tivessem acesso à terra, o produto agrícola da região poderia crescer mais de 4 vezes. E uma combinação ótima de terra e mão-de-obra resultaria na quintuplicação do produto bruto. Tudo isso sem que se faça necessário a introdução de qualquer inovação tecnológica.²⁷

Em vista dessa redução no ritmo de crescimento da produção de subsistência, a região, a cada ano, vem aumentando suas importações de alimentos, principalmente do Centro-Sul do País. Muito embora não se disponha de estatísticas, a fim de que se possa fazer uma avaliação quantitativa, sabe-se, por exemplo, que o Estado de São Paulo é quem abastece o Nordeste de produtos horti-fruti-granjeiros. Por outro lado, essas exportações paulistas de alimentos para o Nordeste tendem a se ampliar, na medida em que o pequeno agricultor não tiver acesso à terra e/ou não for instalada uma agricultura capitalista voltada para a produção de subsistência.

Apenas para dar uma idéia da dimensão desse problema, constata-se, na Tabela 21, que, em 1973, 26,3% do valor do feijão-mulatinho comercializado nas Centrais de Abastecimento de Fortaleza, Natal, João Pessoa e Macaíó, se refere ao produto importado do Centro-Sul, sendo que 14,5% é procedente de São Paulo. Estes dados indicam uma situação que já pode ser consi-

²⁷ REVISTA VEJA, publicada em 12.08.1977, pág. 136.

derada dramática, tendo em vista que o Nordeste sempre foi exportador de feijão-mulatinho. Convém observar que 1973 foi um ano agrícola normal.

TABELA 21

NORDESTE

Valor da Comercialização de Feijão Mulatinho nas CEASA's de
Fortaleza, Natal, João Pessoa e Maceió
Segundo a Procedência
1973

Procedência do Produto	Valor da Comercialização (Em Cr\$ 1,00)	%
1. Procedência Interna e de outros Estados do Nor- deste	17.651.195	73,7
2. Procedência dos Estados do Centro-Sul	6.291.174	26,3
2.1 – Procedência de São Paulo	3.474.515	14,5
Total (1 + 2)	23.942.369	100,0

Fonte dos Dados Básicos: SIM – Serviços de Informações de Mercado das CEASA'S de Fortaleza, Natal, João Pessoa e Maceió.

3. FECHAMENTO E LIMIAR DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Com exceção apenas da Pré-amazônia maranhense e do Oeste da Bahia, praticamente quase todos os Estados da região já ocuparam suas áreas agricultáveis. Nestes dois Estados, as novas ocupações vêm sendo realizadas quase que exclusivamente com base na grande propriedade. Os recentes e atualíssimos conflitos pela posse da terra entre posseiros e grandes proprietários/empresas mostram este fato. Na verdade, o brutal aumento da terra como reserva de valor, associado ao crescimento do mercado urbano de carne bovina, tem provocado o açambarcamento de extensas áreas pelos detentores de capitais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, visando, sobretudo, à instalação de grandes criatórios bovinos e, mais recentemente, devido aos incentivos financeiros do PROÁLCOOL, à implantação de extensas plantações de

cana. Tanto as áreas novas da Bahia como as do Maranhão têm sido alvo desse processo concentrador. Dessa forma, a reprodução do modelo extensivo de crescimento agrícola torna-se extremamente difícil pelo fato de que as relações de produção “pré-capitalistas”, tipo arrendamento, parceria, etc., são quase inviáveis, visto que no grande empreendimento capitalista estas relações são predominantemente capitalistas, isto é, baseadas no trabalho assalariado. No canavial, o “bóia fria”. Na pecuária, o vaqueiro. Depreende-se, portanto, estar existindo um virtual fechamento da fronteira agrícola à produção familiar de subsistência baseada na pequena propriedade.

Para melhor elucidar o fenômeno acima descrito, basta dizer que entre 1970 e 1975, de acordo com os Censos Agropecuários do IBGE, o Estado da Bahia teve incorporados ao setor agropecuário, cerca de 3 milhões de hectares, dos quais 2,8 milhões (93%) em estabelecimentos com tamanhos superiores a 100ha. Ao pequeno estabelecimento de menos de 10ha foram apenas agregados 12,5 mil hectares, ou seja, menos de 0,4%.

No Maranhão, foram incorporados cerca de 1,6 milhão de hectares, dos quais 73% em estabelecimentos com mais de 100ha. Nesse Estado, a situação da pequena unidade familiar de menos de 10ha é particularmente dramática, em virtude de apresentar a mais elevada densidade demográfica em relação aos demais Estados da região (ver Tabela 22). Este fato chama a atenção, haja vista ser o Maranhão o maior Estado nordestino em extensão territorial.

Além da dificuldade de acesso à terra pelo pequeno agricultor, tudo faz indicar que, dentro de poucos anos, a fronteira agrícola da região esteja no seu limiar. De qualquer forma, a incorporação das novas terras, caso mantenham-se os padrões institucionais vigentes, de privilegiar a grande propriedade, é muito provável que esta expansão não mais ocorra nos moldes extensivos dos anos 50 e 60, aliás, como não vem ocorrendo.

TABELA 22

NORDESTE

Relação Área/População Ocupada nos Estabelecimentos com Menos de
10 ha, Referente ao Nordeste e aos Estados do Maranhão e Bahia
1950/1975

Relação Área/População Ocupada nos Estabel. de Menos de 10 Hab.						
Anos	Maranhão	Números Índices	Bahia	Números Índices	Nordeste	Números Índices
1950	0,72	100,0	1,27	100,0	1,08	100,0
1960	0,67	93,0	1,13	88,9	0,91	83,5
1970	0,62	86,1	1,08	85,0	0,95	87,1
1975	0,56	77,7	0,95	74,8	0,84	77,1

Fonte dos Dados Básicos: Censos Agropecuários do Brasil de 1950, 1960, 1970 e 1975.

IV. O AVANÇO DA PECUÁRIA E O ARREFECIMENTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DE SUBSISTÊNCIA

Colocou-se, anteriormente, que, em vista das transformações nas relações de produção, da concentração da propriedade e do crescimento do mercado urbano de carne bovina, as pastagens voltadas para o criatório de gado tendem a se ampliar em todo o contexto do setor agropecuário nordestino.

Do ponto de vista econômico, a opção pela pecuária deriva fundamentalmente dos seus baixos custos de manutenção e, evidentemente, da falta de uma outra alternativa econômica mais rentável a nível do grande estabeleci-

mento. Além desses aspectos, também há que levar em conta as facilidades com que o setor creditício oficial sempre tem privilegiado a pecuária e, de uma forma geral, o grande proprietário.

Com efeito, mostra a Tabela 23 que, em 1975, mais de 40% das terras do setor agropecuário nordestino se encontravam dedicadas às pastagens. Esta mesma participação em 1950 era de 32,1%. Por outro lado, vê-se que há um declínio na participação percentual das terras incultas e das matas ao longo do período 1950/1975. A explicação é de que cada vez mais estas reservas são utilizadas na formação de pastos.

Ao analisar-se a expansão da pecuária do ângulo dos estabelecimentos agrícolas, observa-se que ao longo do tempo, como então não poderia deixar de ser, os grandes estabelecimentos vêm dedicando cada vez mais terras à implantação de pastagens, como se pode perceber nos dados constantes das Tabelas 24, 25, 26 e 27, ao mesmo tempo em que tendem a diminuir as áreas dedicadas às lavouras. Neste último caso deve ser ressaltado que as culturas industriais tipo cana e cacau tendem a crescer em vista dos estímulos oficiais que recebem (culturas de exportação), sendo, dessa forma, rentáveis do ponto de vista do capital. Do ponto de vista das culturas alimentares, praticadas pelos pequenos agricultores no interior dos grandes estabelecimentos, localizados nas áreas semi-áridas e no sertão, a situação é inversa, em vista dos motivos já explicitados. Enfim, mostram as referidas Tabelas que os estabelecimentos com dimensão superior a 100ha reduziram em seu conjunto a participação das áreas de lavouras entre 1960 e 1975. O ano de 1970 de certa forma deve ser considerado atípico em vista da estiagem nele ocorrida.

Quanto ao pequeno estabelecimento com menos de 10ha, observa-se que a tendência, ao longo do tempo, é ampliar cada vez mais a sua área de lavoura e, portanto, reduzir as pequenas reservas de matas e terras incultas. Estas, que representavam 22% em 1950, passaram para apenas 7,5% em 1975. As pequenas áreas de pastagens têm mantido suas participações percentuais praticamente constantes. Finalmente, depreende-se que as áreas de lavoura vêm crescendo em maior velocidade que as áreas úteis totais nos pequenos estabelecimentos. De fato, enquanto aquelas cresceram em 230,0% entre 1950 e 1975, estas se ampliaram apenas em 166,7%. Estes dados informam que, em pouco tempo, não haverá mais espaço no âmbito do pequeno estabelecimento para a expansão das culturas alimentares. Considerando que a baixa produtividade neste estrato não vem sendo compensada pela incorporação de mais terras ao processo produtivo, é de se concluir que, quando esta possibilidade tornar-se inexecutável haverá uma drástica e continuada

TABELA 23

NORDESTE

Utilização das Terras

1950/1975

Anos	Utilização das Terras								Total (Em ha)
	Lavouras (Em ha)	%	Pastagens (Em ha)	%	Terras Incultas (Em ha)	%	Matas (Em ha)	%	
1950	5.333.804	10,1	16.985.844	32,1	15.351.094	29,1	15.150.228	28,7	52.820.970
1960	8.729.791	15,0	21.631.111	37,1	12.533.742	21,6	15.392.661	26,4	58.287.305
1970	10.322.871	14,7	27.874.823	39,8	15.319.248	21,9	16.525.402	23,6	70.042.344
1975	11.631.817	15,5	30.553.070	40,7	15.328.275	20,4	17.492.456	23,4	75.005.618

Fonte dos Dados Básicos: FIBGE — Censos Agropecuários do Brasil, 1950, 1960, 1970 e 1975.

queda na produção de alimentos. Em outras palavras: o ritmo de crescimento que atualmente vem declinando, passará a ser violentamente negativo.

O fato relatado acima, torna-se ainda mais dramático, quando se examina a ocorrência do fenômeno a nível do pequeno estabelecimento, com área inferior a 5 hectares. Neste, como mostra a Tabela 28, as áreas de lavouras já englobavam, em 1975, quase 83% da área total dos estabelecimentos. De outro ângulo, vê-se que as reservas em terras incultas e matas já estavam próximas do fim. O problema assume maior relevância, quando se sabe que, praticamente, a metade da população rural do Nordeste subsiste nestas pequenas glebas.

TABELA 24

NORDESTE

Utilização das Terras, Segundo Grupos de Áreas

1975

Grupos de Áreas	Utilização das Terras								Total (Em ha)
	Lavoura (Em ha)	%	Pastagens (Em ha)	%	Matas (Em ha)	%	Terras Incultas (Em ha)	%	
Pequeno estabelecimento (menos de 10 ha)	2.881.017	70,4	723.444	17,7	180.162	4,4	305.981	7,5	4.090.604
Médio estabelecimento (de 10 a 100 ha)	4.083.079	23,7	6.572.165	38,1	2.969.081	17,2	3.617.565	21,0	17.241.890
Grande estabelecimento (mais de 100 ha)	4.667.721	8,7	23.257.461	43,3	14.343.213	26,7	11.404.729	21,3	53.673.124
NORDESTE	11.631.817	15,5	30.553.070	40,7	17.492.456	23,4	15.328.275	20,4	75.005.618

Fonte dos Dados Básicos: IBGE – Censo Agropecuário do Brasil de 1975.

NORDESTE

Utilização das Terras, Segundo Grupos de Áreas

1970

Grupos de Áreas	Utilização das Terras								Total (Em ha)
	Lavoura (Em ha)	%	Pastagens (Em ha)	%	Matas (Em ha)	%	Terras Incultas (Em ha)	%	
Pequeno estabelecimento (menos de 10 ha)	2.580.461	66,6	637.048	16,4	202.108	5,2	547.365	11,8	3.876.982
Médio estabelecimento (de 10 a 100 ha)	3.850.668	22,9	6.100.293	36,3	3.257.931	19,4	3.600.018	21,4	16.808.910
Grande estabelecimento (mais de 100 ha)	3.891.742	7,9	21.137.482	42,8	13.065.363	26,5	11.261.865	22,8	49.356.452
NORDESTE	10.322.871	14,7	27.874.823	39,8	16.525.402	23,6	15.319.248	21,5	70.042.344

Fonte dos Dados Básicos: IBGE — Censo Agropecuário do Brasil de 1970.

TABELA 26

NORDESTE

Utilização das Terras, Segundo Grupos de Áreas

1960

Grupos de Áreas	Utilização das Terras								Total (Em ha)
	Lavoura (Em ha)	%	Pastagens (Em ha)	%	Matas (Em ha)	%	Terras Incultas (Em ha)		
Pequeno estabelecimento (menos de 10 ha)	1.775.814	66,8	488.279	18,4	116.766	4,3	279.475	10,5	2.660.334
Médio estabelecimento (de 10 a 100 ha)	3.183.227	24,7	4.419.155	34,2	2.647.438	20,5	2.651.950	20,6	12.901.770
Grande estabelecimento (mais de 100 ha)	3.770.750	8,8	16.723.677	39,1	12.628.457	29,6	9.602.317	22,5	42.725.201
NORDESTE	8.729.791	15,0	21.631.111	37,1	15.392.661	26,4	12.533.742	21,5	58.287.305

Fonte dos Dados Básicos: IBGE – Censo Agropecuário do Brasil de 1960.

TABELA 27

NORDESTE

Utilização das Terras, Segundo Grupos de Áreas

1950

Grupos de Áreas	Utilização de Terras								Total (Em ha)
	Lavoura (Em ha)	%	Pastagens (Em ha)	%	Matas (Em ha)	%	Terras Incultas (Em ha)	%	
Pequeno estabelecimento (menos de 10 ha)	872.547	56,8	240.262	15,7	83.666	5,5	337.515	22,0	1.533.990
Médio estabelecimento (de 10 a 100 ha)	1.875.578	20,4	2.511.460	27,3	1.760.881	19,2	3.038.067	33,1	9.185.986
Grande estabelecimento (mais de 100 ha)	2.585.679	6,1	14.234.122	33,9	13.305.681	31,6	11.975.512	28,4	42.100.994
NORDESTE	5.333.804	10,1	16.985.844	32,1	15.150.228	28,7	15.251.094	29,1	52.820.970

Fonte dos Dados Básicos: IBGE - Censo Agropecuário do Brasil de 1950.

TABELA 28

NORDESTE

Utilização das Terras nos Estabelecimentos com Menos de 5 Hectares

1950/1975

Anos	Lavoura (Em ha)	%	Pastagens (Em ha)	%	Matas (Em ha)	%	Terras Incultas (Em ha)	%	Total (Em ha)
1950	509.264	68,9	77.910	10,5	33.328	4,5	118.325	16,0	738.827
1960	1.150.039	78,9	173.645	11,9	29.827	2,0	103.950	7,1	1.457.461
1970	1.583.404	79,7	208.684	10,5	88.885	4,5	105.947	5,3	1.986.920
1975	1.958.740	82,7	252.017	10,6	49.714	2,1	109.258	4,6	2.369.729

Fonte dos Dados Básicos: Censos Agropecuários do Brasil, 1950, 1960, 1970 e 1975.

V. CONCLUSÕES

A principal conclusão após o exame da estrutura e do processo de expansão da economia agrícola do Nordeste é a de que há uma nítida tendência à exaustão do modelo extensivo de crescimento ainda prevalente.

Esta tendência, por sua vez, se assenta nas seguintes causas determinantes:

- a) as recentes mudanças nas relações de produção, nas quais as formas “pré-capitalistas” estão sendo substituídas pelo trabalho assalariado ensejando, dessa forma, o desemprego rural, a redução no ritmo do crescimento da produção de subsistência, o aumento da pressão demográfica sobre o pequeno estabelecimento agrícola e a expulsão do agricultor do campo;
- b) a impossibilidade de reprodução do modelo extensivo ao longo do deslocamento da fronteira agrícola, visto que a incorporação de novas terras à agropecuária da região vem ocorrendo de forma altamente concentrada em grandes estabelecimentos, que tendem a funcionar sob a égide da produção capitalista.

Deduz-se, por outro lado, que esta paulatina “desestruturação” do setor rural reflete-se no crescimento cada vez maior do subproletariado urbano sem que, para isso, houvesse introdução substancial do progresso técnico na agropecuária do Nordeste que fosse capaz de elevar a produtividade no seu todo. A propósito, adverte o Banco do Nordeste do Brasil em amplo diagnóstico realizado em 1977/1978 sobre o desenvolvimento da região:

“(. . .) Se é pretensão evitar que se exacerbe o crescimento urbano regional, faz-se necessário ter sempre em vista um posicionamento racional no que concerne a quaisquer das transformações e modernizações (desejadas e necessárias) a imprimir ao setor rural nordestino, evitando-se, por exemplo, que a introdução indiscriminada de tecnologias expulsoras de mão-de-obra, que a protelação de reformas institucionais conducentes a permitir o acesso à terra a um número mais amplo de agricultores,

ou que a pecuarização indiscriminada de antigas áreas de lavoura venham a gerar transferências ainda maiores de população para os quadros urbanos” . . .²⁸

Obviamente que o **posicionamento racional** de que fala o Banco do Nordeste do Brasil, no sentido de evitar que se exacerbe o crescimento urbano regional, depende da **racionalidade** do processo de acumulação capitalista, que atualmente se desenvolve no Nordeste e no Brasil, no campo e na cidade. E o sentido dessa racionalidade é exatamente o contrário: “desestruturar” o campo e “superpovoar” as cidades.

Reconhece também, o Banco do Nordeste, a necessidade de modernização do setor rural nordestino, muito embora advirta que esta modernização deva ser realizada sem a utilização indiscriminada de tecnologias expulsoras de mão-de-obra. Na verdade, a elevação da produtividade é a opção que resta no sentido de se dinamizar o crescimento agrícola da região, caso não se modifique a estrutura fundiária. Por outro lado, a utilização de modernas tecnologias, expulsoras ou não de mão-de-obra, implicaria na elevação dos custos de produção. Este último aspecto é particularmente importante, sobretudo quando se trata de aumentar os custos numa agricultura praticada à base de terras de baixa fertilidade e trabalho familiar, isto é, sem custos, por isso mesmo fugindo aos mecanismos de preços e, portanto, das regras do mercado, como é o caso da agricultura de subsistência no Nordeste.

A principal observação a fazer é de ordem mercadológica. Na realidade, se houvesse estímulos de mercado suficientemente capazes de elevar a oferta de produtos agrícolas alimentares, seria bastante factível que ocorresse uma resposta positiva pelos agricultores (inclusive pelos setores mais capitalizados), no sentido da absorção de tecnologia mais produtiva. Entretanto, isso não vem ocorrendo. O fato é que o perfil concentrado de distribuição de renda, a nível das populações urbanas, apresenta-se como um forte obstáculo ao aumento da produtividade agrícola, além da própria inelasticidade-renda inerente à demanda de produtos agrícolas. Neste sentido, afirma Graziano e Oriowaldo Queda:

“dada a persistência de um padrão de distribuição de renda altamente concentrada no setor urbano, a maior parte da popula-

²⁸ Banco do Nordeste do Brasil — Revista Econômica do Nordeste, pág. 210, Vol. 10, n.º 2 — Abr/jun. 1979.

ção desse setor se caracteriza por possuir baixo poder aquisitivo. Assim, o estímulo que o desenvolvimento urbano-industrial deveria proporcionar às áreas rurais, através dos mecanismos de preços (aumento da demanda → aumento do preço → aumento da oferta) não atinge o objetivo de dinamizar as áreas produtoras de alimentos básicos: é que o preço dos gêneros não pode elevar-se devido ao baixo poder aquisitivo da maior parte da população.”²⁹

Da mesma forma acrescenta Ruy Miller Paiva que:

“A difusão de técnicas modernas por maior número e agricultores, além de depender de elementos convencionalmente conhecidos (nível de conhecimento, disponibilidade de recursos, relações favoráveis de preços, etc.), está sujeita a um limite imposto pelo desenvolvimento do setor não-agrícola.”³⁰

Portanto, é bastante improvável que num horizonte de tempo próximo, haja modernização da agricultura de subsistência, mormente no Nordeste, onde a renda “per capita”, além de baixa (50% em relação à média brasileira), encontra-se extremamente concentrada. Pelo visto, a produção de alimentos continuará confinada à pequena unidade familiar que, dados os fatores estruturais nesta monografia enfatizados, já adota o “grau máximo” de modernização, no dizer de Ruy Miller Paiva.

Preocupa-se, também, o Banco do Nordeste, com a pecuarização indiscriminada que vem acontecendo na região, e, com ela, o desemprego. Em realidade, como já se observou, o avanço da pecuária extensiva, a nível das médias e grandes propriedades, tem sido a única alternativa econômica viável capaz de assegurar a exploração dessas propriedades, no semi-árido e no

²⁹ SILVA, José F. Graziano e QUEDA, Oriowaldo – Distribuição da Renda e Posse de Terra na Produção e Consumo de Alimentos, pág. 127.

³⁰ PAIVA, Ruy Miller – Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: Uma Reformulação, pág. 152.

agreste. O fato é que, além de não interessar aos grandes e médios proprietários a prática de uma agricultura sujeita aos riscos naturais da instabilidade climática, a relação de preços entre este tipo de agricultura e a pecuária tem favorecido muito mais a esta. Tanto assim é verdade, que áreas tradicionalmente dedicadas ao plantio do algodão, consorciado com culturas de subsistência sob formas de produção “pré-capitalistas”, portanto sem custos para o dono da terra, estão se transformando em pastagens. Outrossim, há que se levar em consideração o respaldo do crédito subsidiado para esta transformação.

Concretamente, configura-se, no Nordeste, uma divisão intra-regional do trabalho pela qual as áreas semi-áridas e agrestinas se dedicam cada vez mais à pecuária e a zona da mata que, movida pelo PROÁLCOOL, expande a cultura canavieira. Dessa forma, restam ao pequeno estabelecimento tão-somente as culturas alimentares, que, como já se observou, tendem a reduzir o ritmo de crescimento.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. ANDRADE, Manoel Correia – **O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL DO NORDESTE**. SUDENE, série Estudos Regionais, 2a. edição, 1979. Recife.
2. ANDRADE, Manoel Correia – **TERRA E HOMEM DO NORDESTE**. SUDENE, série Estudos Regionais, 3a. edição, 1978. Recife.
3. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – “DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE: DIAGNÓSTICO E SUGESTÕES POLÍTICAS”. *Revista Econômica do Nordeste*, nº 2, abril/junho, Volume 10, 1979. Fortaleza.
4. CARNEIRO, Ricardo – **RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E EMPREGO NA AGRICULTURA DO NORDESTE**. Mimeografado, 1980.
5. CASTRO, Antônio Barros – **SETE ENSAIOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA**. Editora Forense, São Paulo, 1969.
6. COSTA, Antônio Vieira – **A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E OS PEQUENOS AGRICULTORES, 1969/1975**. FGV/EBAP (Tese de MS). Rio de Janeiro.
7. FURTADO, Celso – **FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969, 9a. edição.
8. FUNDAÇÃO IBGE – **CENSOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975**. Rio de Janeiro.
9. OLIVEIRA, Francisco – **A ECONOMIA BRASILEIRA: CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA**. Seleções CEBRAP 1. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1977.
10. PAIVA, Ruy Miller – “MODERNIZAÇÃO E DUALISMO TECNOLÓ-

GICO NA AGRICULTURA: UMA REFORMULAÇÃO”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico* – IPLAN, Vol. 5, n.º 1. Rio de Janeiro, 1975.

11. PATRICK, George F. -- **O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO NORDESTE**, IPEA, Coleção relatórios de pesquisa. 1972, Rio de Janeiro.
12. PRADO, Caio Jr. -- **A REVOLUÇÃO BRASILEIRA**. São Paulo, Editora Brasiliense.
13. SÁ, Francisco Jr. -- **O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NORDESTINA E A FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA**. Seleções CEBRAP 1 – Ed. Brasiliense. São Paulo, 1977.
14. SILVA, J. F. Graziano -- **ESTRUTURA AGRÁRIA E PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA**. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.
15. SILVA, José F. Graziano e QUEDA, Oriowaldo -- **DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E POSSE DA TERRA NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS**, in *Capital e Trabalho no Campo*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1977.
16. VEJA, Revista -- “NORDESTE: SOLUÇÃO AGRÍCOLA”. Edição de 12.08.1977. São Paulo, Abril Cultural.

Abstract: The main objective of this work is to examine the tendency of the debility of the model of growth in the Northeastern agriculture, based on the subsistence activities. It attempts to explain, starting from a theoretical basis, backed by the recent growth of the relations of capitalist productions in the Northeast, the prospect of loss of rush of the process of development in farming in the region, whose support has been the small familiar unit of production. This way, substituting such relations of "pre-capitalist" productions, still in force, small rent type, co-partnership, dwellers, etc. by paid work, the result has been the increase on rural unemployment and a slowdown at the development pace in the basic production of food. By this judgement one objects the theory through which the weak performance, in late years, of the regional agrarian sector, is reputed to the complete absence of modernization in the sector. Indeed, the problem lies more and more in the growing impossibility of access to the land by the small farmer of the Northeast. The consequence of that process has been the expulsion of the peasants and their underproletarianization in the urban space. So, one also objects the conception by which one explains that the moving of the populations from rural areas to the cities, is due to better working opportunities and the possibility of a comfortable life in those cities. In fact, the so-called rural exodus is a form of mystifying the single and pure expulsion of the small farmer from the country. In the light of the existing bibliography, and starting from empirical data, one seeks, at last, to show that there is a trend to the non-execution of the extensive reproduction of the historical development of the agriculture in the Northeast.

